

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS | 9 |
| PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO..... | 11 |
| APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO | 15 |
| INTRODUÇÃO | 23 |
| CAPÍTULO 1 – A INVALIDADE E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA | 25 |
| 1.1. Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito..... | 25 |
| 1.2. Autonomia privada | 32 |
| 1.3. A invalidade do ato jurídico preceptivo como consequência do exercício irregular da autonomia privada | 36 |
| CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS DOS REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO PRECEPTIVO | 39 |
| 2.1. Requisitos de validade do negócio jurídico | 39 |
| 2.2. Capacidade | 40 |
| 2.2.1. Conceito de capacidade..... | 42 |
| 2.2.2. A idade como critério de aquisição da capacidade de agir | 44 |
| 2.2.3. Fundamento da exigência de capacidade para a prática de atos jurídicos preceptivos..... | 46 |
| 2.2.4. Contornos dogmáticos da função protetiva das incapacidades ... | 48 |
| 2.2.4.1. Os intervalos lúcidos..... | 50 |
| 2.2.4.2. Os intervalos insanos | 53 |
| 2.2.4.2.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a proteção conferida ao enfermo mental e ao deficiente mental | 57 |
| 2.2.4.2.2. Critérios dogmáticos para a aplicação da Lei 13.146/2015 | 67 |

| | | |
|---|---|-----|
| 2.2.4.3. | Análise dogmática da correlação entre a invalidade causada por incapacidade e o prejuízo causado ao incapaz..... | 76 |
| 2.3. | Forma | 89 |
| 2.3.1. | Nota histórica | 89 |
| 2.3.2. | Conceito e funções da forma | 98 |
| 2.4. | Objeto..... | 111 |
| CAPÍTULO 3 – REGIME JURÍDICO DA INVALIDADE..... | | 117 |
| 3.1. | A invalidade como causa de ineficácia..... | 117 |
| 3.1.1. | A ineficácia do ato jurídico | 117 |
| 3.1.2. | Distinção entre invalidade e inexistência | 126 |
| 3.2. | Conceito e classificação da invalidade | 133 |
| 3.2.1. | Distinção entre efeitos do negócio jurídico nulo e efeitos da nulidade | 139 |
| 3.2.2. | Nulidade..... | 140 |
| 3.3. | Breves notas sobre o problema da fraude à lei | 157 |
| 3.3.1. | Fraude à lei, simulação e motivo determinante comum ilícito ... | 158 |
| 3.3.2. | Fraude à lei e ausência de proibição legal expressa | 159 |
| 3.3.3. | Conservação do negócio jurídico em caso de fraude à lei | 160 |
| 3.4. | Efeitos da invalidação | 166 |
| 3.4.1. | Âmbito de aplicação do artigo 182 do Código Civil..... | 166 |
| 3.4.2. | Análise da primeira parte do artigo 182 do Código Civil: o retorno ao <i>status quo ante</i> | 168 |
| 3.4.3. | Termo inicial da prescrição das pretensões restitutórias..... | 173 |
| 3.4.4. | Análise da segunda parte do artigo 182 do Código Civil: situações de impossibilidade de restituição das partes ao <i>status quo ante</i> | 175 |
| 3.4.4.1. | Pagamento feito a incapaz em razão de obrigação anulada | 176 |
| 3.4.4.2. | Restituição ou qualquer indenização que acarreta enriquecimento injustificado..... | 177 |
| 3.4.4.3. | Usucapião da coisa que seria objeto de restituição..... | 180 |
| 3.4.4.4. | <i>Ex variis causarum figuris</i> | 184 |
| 3.5. | <i>Favor negotii</i> – a conservação dos negócios jurídicos..... | 186 |
| 3.5.1. | Proteção a terceiros de boa-fé contra a ineficacização por nulidade | 196 |
| 3.5.2. | Ausência de violação do bem jurídico protegido pela norma jurídica que impôs a invalidação | 203 |

| | |
|---|------------|
| 3.5.3. Estabilização da eficácia de negócio jurídico celebrado por agente ilegítimo | 211 |
| 3.5.4. Análise do artigo 105 do Código Civil | 218 |
| 3.5.5. Invalidade de contrato bilateral com pluralidade de sujeitos | 220 |
| CAPÍTULO 4 – BREVES NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INVALIDADE EM DIREITO SOCIETÁRIO..... | 223 |
| 4.1. Invalidade do contrato plurilateral..... | 223 |
| 4.2. Desconsideração atributiva da personalidade jurídica para a incidência do regime jurídico geral das invalidades..... | 228 |
| 4.3. Eficácia da chamada cláusula de remédio exclusivo (<i>Sole Remedy</i>)..... | 235 |
| 4.4. A forma do contrato social e do contrato de cessão de quotas..... | 237 |
| CAPÍTULO 5 – INVALIDADE E SUCESSÃO CAUSA MORTIS | 241 |
| 5.1. Contrato sobre herança de pessoa viva. Breves notas..... | 241 |
| 5.1.1. Delimitação | 241 |
| 5.1.2. Abrangência do artigo 426 do Código Civil | 241 |
| 5.1.2.1. Renúncia à herança em pacto antenupcial..... | 242 |
| 5.1.2.2. Disposição em contrato social sobre o destino das cotas do sócio morto | 243 |
| 5.2. Invalidade do testamento e das disposições testamentárias | 245 |
| 5.2.1. Introdução | 245 |
| 5.2.2. Breves considerações sobre as características do testamento..... | 246 |
| 5.2.3. Causas de invalidade do testamento | 249 |
| 5.2.4. Causas de invalidade das disposições testamentárias | 259 |
| 5.2.5. Relação entre os artigos 1.859 e 1.909 do Código Civil | 262 |
| 5.2.6. Invalidade da partilha..... | 265 |
| 5.2.7. Conclusão | 266 |
| 5.3. Casuística | 266 |
| 5.3.1. O caso da simulação por testamento..... | 266 |
| 5.3.2. O caso da renúncia por erro | 268 |
| 5.3.3. O caso do testamento imaginário..... | 269 |
| CAPÍTULO 6 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA INVALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES | 271 |
| 6.1. Delimitação dos aspectos processuais relevantes à análise da categoria jurídica da invalidade disciplinada pelo Código Civil | 271 |
| 6.2. Natureza jurídica do provimento jurisdicional que reconhece a invalidade do ato jurídico preceptivo..... | 272 |

| | |
|--|-----|
| 6.3. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para as ações de invalidade..... | 279 |
| 6.4. Limites subjetivos da extensão da coisa julgada em ação de invalidade ... | 291 |
| 6.5. Ação declaratória de validade de negócio jurídico | 295 |
| 6.6. Modo de alegação em juízo de determinadas defesas opostas contra a pretensão do autor de ver invalidado o negócio jurídico e da alegação da invalidade como defesa..... | 295 |
| 6.6.1. Modo de alegação do disposto no artigo 182 | 296 |
| 6.6.2. Modo de alegação do disposto no artigo 170 e consequências do seu acolhimento | 297 |
| 6.6.3. Modo de alegação do disposto no artigo 144 e consequências do seu acolhimento | 300 |
| 6.6.4. Modo de alegação do disposto no § 2º do artigo 157 e consequências do seu acolhimento..... | 302 |
| 6.6.5. Modo de alegação da invalidade como defesa | 303 |
| 6.7. Algumas considerações sobre a teoria das invalidades e o procedimento arbitral | 304 |
| 6.7.1. Algumas considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral | 304 |
| 6.7.2. Algumas considerações sobre o dever de revelação do árbitro à luz de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | 306 |
| CONCLUSÃO | 321 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 325 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO | 341 |